

O Autor conclui êste ensaio, chamando a atenção para a contemporaneidade dêste assunto ao afirmar que

“la Conquista es todavía hoy uno de los temas más discutidos en la América española” (pág. 44).

Corrobora o acalorado da discussão entre hispanistas e indigenistas ao trazer o testemunho de líderes hispano-americanos de três escolas: o hispanista José Vasconcelos; o indigenista moderado Manuel Gamio, ambos do México, e o indigenista exaltado Luís E. Valcárcel, do Perú.

Coerente com a estrutura do trabalho — apresentar a conquista espanhola da América nas opiniões daqueles que se abalancharam a estudá-la, nestes últimos 5 séculos — o Dr. Arnoldsson não enfoca a questão segundo seu ponto de vista particular, isto é, não se define ante êste magno problema histórico.

Completa o volume em tela uma nota biográfica sôbre o Autor, falecido em novembro de 1959. Conhecedor profundo das culturas ibérica e hispano-americana, percorreu, por longo tempo, a América Espanhola e os países ibéricos. Especializara-se em problemas relativos à Conquista espanhola da América, sendo sua obra maior, **La Leyenda Negra. Estudios sôbre sus orígenes**, publicada em Gotemburgo, em 1960.

O presente ensaio, edição póstuma, a primeira em espanhol, merecera anteriormente duas impressões em Estocolmo, em 1953 e 1958.

Trabalho de alto valor científico, êste do Dr. Sverker Arnolds-son, ao esquematizar assunto que tem gerado opiniões tão extremadas, e, em boa hora publicado pelo Instituto Ibero-Americano de Gotemburgo.

MANUEL LELO BELLOTTO

*

* *

DIAS (Manuel Nunes). — **O Capitalismo monárquico português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do Capitalismo moderno.** Coimbra, 1963. Vol. I| 633 pp.

Êste livro, publicado pelo Instituto de Estudos Históricos Dr. Antônio de Vasconcelos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, constitui o primeiro volume da tese com que o Prof. M. Nunes Dias conquistou brilhantemente o doutoramento na Universidade de São Paulo. O segundo volume, que completará a obra, encontra-se em curso de publicação no mesmo instituto da secular Universidade coimbrã. Por isso, nesta resenha, tentaremos apenas indicar sinteticamente o conteúdo dêste tomo, já que não faria sentido e mesmo seria impossível uma discussão crítica mais profunda sem o conhecimento da obra completa. Contudo, a importância da contribuição contida neste primeiro volume justifica a nossa nota informativa.

O subtítulo da obra já nos indica a significação do tema abordado e a audácia da tentativa. Retomando preocupações de grandes predecessores (H. Séé, Hamilton, Sombart) que analisaram a gênese do capitalismo, o Autor se propõe a estudar “o enorme papel representado por Portugal” nesse processo histórico (p. XIII e segs.). Nesta perspectiva, a história da expansão portuguesa dos séculos XV e XVI adquire nova significação, investigando-se suas conexões mais profundas com a história européia e com a estruturação do moderno sistema capitalista, na sua fase mercantil.

Os três capítulos da primeira parte (I parte: “Momento Ibérico”) colocam a problemática básica da obra: a expansão quatrocentista é encarada como modo de superação da crise européia geral, isto é, a forma pela qual a economia e a sociedade européias conseguiram romper as barreiras que no fim da Idade Média impediam o seu desenvolvimento. Assim foi possível transitar-se do incipiente capitalismo medieval para o capitalismo mercantil moderno, e a expansão portuguesa se coloca precisamente na transição, constituindo-se, por isso, num dos momentos decisivos do processo. A análise desta parte vai do geral para o particular: no primeiro capítulo se estuda a crise econômica e social da Europa em geral, no segundo como esta crise se manifesta em Portugal, no terceiro a expansão e a superação da crise. O capítulo segundo estabelece a conexão, na medida em que o estudo da ascensão dos Avis, analisada no quadro das tensões sociais da crise européia, permite entender como a centralização política se acelera em Portugal pela participação burguesa na crise de 1383-1385, e pois como o pequeno reino (dada a precoce centralização) pôde funcionar como o porta-voz da economia e da sociedade européias no esforço expansivo, a fim de romper o monopólio ítalo-muçulmano que dominava as rotas tradicionais do Mediterrâneo. No estudo da crise nacional de 1383-1385, distingue o autor duas fases (cf. pp. 23 e segs.) balizadas pela intervenção da burguesia nos acontecimentos, reequacionando assim as análises de Antônio Sérgio sobre o assunto.

Colocada assim a problemática, o grosso da obra irá analisar os seus desdobramentos lógicos, para retomá-los nas conclusões. Destarte, encarada a expansão ultramarina portuguesa como forma de superação da crise européia, a primeira pergunta que surge é como foram atingidos e conquistados os novos mercados à distância, em seguida por quais mecanismos esses mercados foram explorados em função das necessidades do Ocidente cristão, e finalmente quais as repercussões da expansão pelo Ultramar sobre a própria economia e sociedade européia em geral e portuguesa em particular. Nas partes seguintes de seu trabalho, o prof. Nunes Dias se propõe responder a cada uma dessas indagações. O sumário das conclusões e índice geral publicado quando da defesa da tese nos permite apreciar o conjunto da obra e verificar como ela se estrutura em função daquela problemática fundamental: assim, a segunda parte (“Metas para o capitalismo — a caça do ouro na África”) estuda a abertura das novas rotas atlânticas e indianas e a conquista dos novos mercados auríferos para o Ocidente europeu, em sua conquista do ouro

do Sudão e do Monomotapa (África do Sul); a terceira (“Metais para o capitalismo — o tráfico do ouro”) analisa os mecanismos sócio-econômicos e o quadro político dentro do qual se promove a exploração dos novos mercados auríferos; a quarta refaz estas mesmas análises, mas agora com referência às especiarias africanas e orientais (“Mercadorias para o capitalismo — a busca das especiarias afroasiáticas”); na quinta parte se investigam as “repercussões das capturas atlânticas do ouro e das especiarias”, com o que se torna possível explicitar, na sexta parte, a “definição do capitalismo monárquico”; as duas partes seguintes projetam o capitalismo monárquico português no quadro das relações econômicas internacionais (sétima parte: “No mercado de capitais da Flandres, a casa de Antuérpia e os metais alemães”); oitava parte: “Cunhagem e circulação dos metais alemães”); finalmente, o estudo sobre o fracasso do sistema (nona parte: “O malôgro do capitalismo monárquico”) encerra a análise dos problemas propostos, conduzindo às conclusões. Cada uma dessas partes se compõe de vários capítulos, e a simples enumeração já dá a medida da amplitude do trabalho.

Este primeiro volume agora publicado contém, além da primeira parte já resenhada, a segunda e a terceira partes. O estudo da conquista dos mercados auríferos (segunda parte) se abre com a análise do acaparamento da sua primeira agência: Ceuta (capítulo I). Para tanto, o autor reconstrói, à base das fontes primárias muçulmanas e cristãs, a vida econômica da área e a sua posição nas grandes linhas do comércio africano e mediterrâneo; em seguida, analisa a convergência de estímulos que levaram à empresa portuguesa de conquista, procurando discernir a variedade de fatores face às várias camadas da sociedade portuguesa (cf. pp. 74 e segs.), rediscutindo assim o problema dos móveis do início da expansão, tema dos mais ventilados pela historiografia portuguesa. Nos capítulos II e III desta parte se estuda a conquista dos mercados auríferos da África Atlântica, através do estabelecimento das feitorias litorâneas (Arguim, São Jorge da Mina) e dos entrepostos do interior, levando à concorrência da rota atlântica com as rotas saarianas — caravela versus caravana —, com a vitória da primeira sobre a segunda. Nesta parte o autor refaz a história dos descobrimentos marítimos, mas é a história econômica desse grande movimento que o interessa de mais perto, procurando explicitá-la nas suas múltiplas implicações de natureza não-econômica (tensões políticas com Castela, cruzadismo, etc.); acompanha-se minuciosamente o movimento expansionista português, nos seus avanços e interrupções, ligando cada um de seus momentos com o desenrolar das tensões sociais e eventos políticos de Portugal e mesmo projetando a história da expansão no quadro das relações internacionais; ao mesmo tempo se iluminam problemas menores e se explicitam as grandes linhas, rediscutindo a bibliografia moderna à base da documentação primária impressa ou manuscrita. Os capítulos IV e V, com as mesmas características e dentro da mesma orientação, es-

tudam a conquista dos mercados auríferos da África índica (Monomotapa).

A terceira parte do trabalho (“O tráfico do ouro”) se divide em três sub-partes, cada uma delas comportando vários capítulos: primeira, “estruturas e mecanismos na África atlântica”, segunda “estruturas e mecanismos na África índica”, e terceira “o ouro africano em Portugal”. O estudo dos mecanismos na África atlântica se abre com um capítulo a nosso ver fundamental no conjunto da obra: “etapas experimentais — da patrimonialidade ao monopólio régio”. Aqui se investigam o quadro político e as instituições dentro das quais a expansão se processou; para tanto se recua inevitavelmente a análise à formação da monarquia portuguesa e ao papel da corôa nesse processo, com o que se torna possível compreender a “patrimonialidade” das conquistas, isto é, a forma patrimonial de apropriação das terras descobertas, as quais se vão inserindo no patrimônio da corôa da mesma forma que as terras ganhas aos mouros na reconquista. Com base neste fundo institucional, fica claro o sentido das variantes, — cessão graciosa da exploração ou usufruto do patrimônio (cessão senhorial ao Infante D. Henrique, 1443-1460) ou onerosa (arrendamento ao empresário lisboeta Fernão Gomes, 1469-1474), e finalmente o abandono de qualquer forma de cedência, para se aplicar a corôa à exploração direta do Ultramar. A partir deste momento, a corôa será o empresário máximo da exploração ultramarina, e os demais empresários portugueses ou estrangeiros só através dela, das instituições oficiais do empreendimento, é que podem operar; assim se configura um capitalismo de estado, pois o empresário é o monarca, encarnação do estado, mas a gestão da empresa é ao mesmo tempo fundamentalmente patrimonial, confundindo-se “propriedade e soberania, função pública e gestão dos bens particulares” (cf. pp. 347 e segs.), — tratando-se, pois, de uma forma específica de capitalismo de estado, o capitalismo do estado monárquico patrimonial ou capitalismo monárquico. Esta mesma gestão patrimonial explica o desvio dos lucros empresariais, que ao invés de se canalizarem no reinvestimento e expansão da própria empresa, se orientam para dar cobertura às múltiplas atribuições da monarquia absolutista (cf. capítulo sobre os gastos da corôa). Por isso este capítulo nos parece essencial: êle já oferece aberturas para a definição do capitalismo monárquico (parte sexta) e para a compreensão do seu fracasso (parte nona).

Os capítulos seguintes estudam os resgates na vertente atlântica e no lado índico da África. Não só os mecanismos das trocas, as mercadorias trocadas, seu valor e procedência são abordados mas também, com base em ampla investigação na documentação manuscrita dos arquivos portugueses (sobretudo as quitações e os documentos do Arquivo da Casa da Moeda), o autor tenta quantificar o volume do comércio, pelo menos nas suas etapas mais florescentes; para tanto elaborou vários quadros, tabelas demonstrativas e gráficos que são devidamente comentados no texto. Os últimos capítulos estudam a destinação do ouro obtido nos novos mercados conquistados.

O desvio pelo contrabando muçulmano no Índico (que impede o fechamento total das rotas tradicionais) é estudado num capítulo. Outro analisa a função do ouro obtido no Monomotapa: financiamento da rota de Cambaia, ligação dos lados asiático e africano do Índico, e manutenção da administração portuguesa no Oriente, através da qual se exploravam os mercados das especiarias. Finalmente, na última parte, se estuda o ouro africano (do Sudão) em Portugal: a amoedação e os gastos da corôa.

Acreditamos que esta rápida síntese da obra, que elaboramos procurando ser absolutamente fiéis ao pensamento do autor, já é suficiente para situar o alcance de sua contribuição. Além disso, resta acrescentar que em numerosos passos o autor indica pistas para pesquisas, problemas a discutir: como diz o prof. Torquato de Sousa Soares, da Universidade de Coimbra, no prefácio, trata-se de uma obra “capaz de abrir caminhos, rasgar perspectivas, em suma, sugerir”.

FERNANDO A. NOVAIS.

*

* *

ADONAS (Isa). — **A cartografia da região amazônica.** Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963. 716 p. Mapas. 27 cm.

Pouquíssimos são os catálogos descritivos que possuímos de bibliotecas ou arquivos em língua portuguesa, mormente no Brasil. Daí a importância do trabalho de Isa Adonias, conservadora da Mapoteca do Itamarati, que em 1960 brindou o público estudioso com **Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores**, onde analisou 824 mapas, cartas, etc.

Na presente obra, que teve a colaboração de Maria de Lourdes Jovita, estuda com minudências 1.278 trabalhos cartográficos. Assim, realizou pesquisas no Arquivo Histórico, Biblioteca, Arquivo e Mapoteca do Palácio do Itamarati.

Após a Introdução (pp. XVII-XX), onde dá as linhas gerais do seguimento do trabalho, temos o corpo principal do livro que está assim dividido: América do Sul e Brasil. Século XVI (pp. 1-152); América do Sul e Brasil. Século XVII (pp. 153-250); América do Sul e Brasil. Século XVIII (pp. 251-329); América do Sul e Brasil. Século XIX (pp. 331-365); América do Sul e Brasil. Século XX (pp. 367-449) e Região Norte (pp. 451-593) com dois sub-capítulos, Rondônia (pp. 595-631) e Acre (pp. 633-697). No que se refere ao século XVI a excelente apresentação de mapas-mundi faz com que o capítulo não tenha somente um interesse restrito para a área em foco.

Cada mapa é acompanhado de um estudo acurado onde são descritas suas principais características, bem como suas diferentes edições, os trabalhos de vários cartógrafos sobre as cartas, etc. Para sua realização utilizou-se de livros especializados, de cunho histórico ou cartográfico, relatórios, etc. Não poucos mapas são acompanhados de